

# **Inovações matemáticas no ensino da província do Grão-Pará (1838-1841): inserção da geometria**

## **Mathematical innovations in the teaching of the Grão-Pará province (1838- 1841): insertion of geometry**

**Everaldo Roberto Monteiro dos Santos**

Universidade Federal do Pará - UFPA/Belém/Brasil

**José Jerônimo de Alencar Alves**

Universidade Federal do Pará - UFPA/Belém/Brasil

### **RESUMO**

Conforme os registros historiográficos, desde o século anterior, até 1838, as aulas de Matemática na Província do Pará vinham sendo constituídas somente pelas aulas de contar. Entretanto, em 1841, assinalam a presença da Geometria e da Álgebra no currículo do Liceu Paraense, atestando que essa trajetória curricular da Matemática havia se modificado. É possível que essas mudanças tenham começado a ocorrer anteriormente, no período que vai de 1838 até 1841. Pretendemos analisar se e como ocorreram, conduzidos pelas seguintes questões: Que ramos da Matemática podem ter sido implantados neste período? Que discursos contribuíram para implantá-los? Quais os significados? Que lugares ocuparam na estrutura de poder político local e os agentes que pronunciaram esses discursos? Concluímos que o saber da Matemática inserido nos currículos do sistema escolar paraense nesse período foi a Geometria, que conforme as leis e os discursos governamentais que a propuseram, deveria ser um conhecimento necessário para modificar a arquitetura local por meio de construções modernizadoras, tais como: o cais, prédio da alfândega e da delegacia.

**Palavras-chave:** História da Educação Matemática; Geometria; Educação na Amazônia.

### **ABSTRACT**

According to the historiographical records, from the previous century until 1838, Mathematics classes in the Pará Province were only constituted by the counting classes. However, in 1841, they point out the presence of Geometry and Algebra in the curriculum of the Liceu Paraense, attesting that this curricular trajectory of Mathematics had changed. It is possible that these changes began to occur earlier, in the period from 1838 to 1841. We intend to analyze if and how they occurred, driven by the following questions: Which branches of mathematics may have been implanted in this period? What discourses contributed to implement them? What are the meanings? What places did they occupy in the local political power structure and the agents who delivered those speeches? We conclude that the knowledge of Mathematics inserted in the curricula of the Paraense school system in this period was Geometry, which according to the laws and governmental discourses that proposed it, should be a necessary knowledge to modify the local architecture through modernizing constructions, such as: the wharf, customs building and the police station.

**Keywords:** History of Mathematics Education; Geometry; Education in the Amazon.

### **Introdução**

**N**o Pará, como em outras partes do Brasil Imperial, as Reformas Pombalinas<sup>72</sup>, instituíram em 1772, as Aulas Régias que eram compostas por duas modalidades: a que consistia em ensinar a “Ler, escrever e contar” e a que abrangia as humanidades que

<sup>72</sup> As citadas Reformas desenvolveram-se em dois momentos distintos, que se iniciam respectivamente com a promulgação do alvará régio de 28 de junho de 1759, que cria as aulas régias de gramática latina, retórica e grego, e da lei de 6 de novembro de 1772, que cria as aulas régias de leitura, escrita e cálculo, além das cadeiras de filosofia. (MENDONÇA E CARDOSO, 2008, p.33).

eram aulas de Latim e Retórica, conforme assinala Cardoso (2004, p.187). No século seguinte, ou melhor, em 1838, esse panorama era quase idêntico, conforme assinala Barros (2016, 43-44) pela análise do Relatório elaborado pelo Presidente da Província do Pará, Soares D'Andréa. Portanto, o ensino continuava centrado nas humanidades e na aula de Ler, Escrever e Contar.

Entretanto, em 1841, no plano de estudos do Liceu Paraense, a cadeira de “Aritmética, Álgebra e Geometria” estava presente, como assinalam França (1997), Pais e Leão (2009) e Barros (2016) o que atesta uma mudança acentuada no currículo da matemática que, anteriormente, se reduzia às aulas de contar. Contudo, há indícios de que as modificações curriculares tenham começado antes, ou melhor, no período que se estende de 1838 a 1841, pois embora este período seja praticamente desconhecido, Pais e Leão (2009), afirmam que ao analisar os traços históricos do ensino secundário da matemática no contexto das províncias do Pará e do Amazonas no meado do século XIX encontraram “registros textuais de demanda política pela criação de Aulas de Geometria”.

Nosso objetivo é analisar as mudanças no ensino da matemática que se reduzia às aulas de contar. Para isso elaboramos as seguintes questões: Teriam essas mudanças, ocorrido somente em 1841 ou já viriam ocorrendo anteriormente? Quais os ramos da matemática contribuíram para isso e as condições sociais que os possibilitaram? No que se refere a essas condições, analisaremos os discursos que contribuíram para essa inovação no sistema escolar local; os significados atribuídos à introdução do novo saber por estes discursos e, ainda, a formação escolar e científica e o lugar ocupado na estrutura política pelos que os pronunciaram.

Para responder estas questões, analisamos leis, relatórios e outros documentos da época, perscrutando discursos favoráveis ou não a possíveis mudanças no ensino de Matemática. A partir dessa análise documental passaremos agora a apresentar os aspectos sociais, os atores, os discursos e a efetivação desta mudança no ensino de Matemática na Província do Grão-Pará.

### **Condições de inserção da Geometria no ensino da Província do Pará**

Retornando ao Ato Adicional de 1834 que tinha como principal finalidade manter a integridade do Império que passava por um momento conturbado durante a Regência. Este ato passava a educação para responsabilidade das províncias:

Após a abdicação de D.Pedro I em 1831, sob o regime Regencial, o império estava convulsionado por movimentos separatistas — a Cabanagem, a Balaiada e a Revolução Praieira reivindicavam ações descentralizadas que ameaçavam a integridade da nação. O Ato adicional de 1834 conseguiu unir tendências radicais e conservadoras, mantendo o poder Moderador, vitaliciedade do senado, extinguindo o Conselho de Estado; deu maior autonomia às Províncias, criou as Assembleias Legislativas Provinciais, atribuindo-lhes deveres com respeito à educação, desta forma descentralizando o sistema educacional (VECHIA, 2005, p.82).

Estas mudanças na educação faziam parte de um pacote de medidas que contemplavam algumas reivindicações de movimentos separatistas que buscavam, entre outras coisas, a descentralização de algumas ações do Império, entre estas medidas que conseguiram reunir pensamentos diferentes, destacamos a criação das Assembleias Legislativas que, entre outras funções, passariam a regular o ensino nas Províncias.

Na Província do Grão-Pará, devido a Guerra da Cabanagem (1835-1840), desde a tomada da Capital pelas forças Cabanas, a recém-implantada Assembleia Provincial teve suas atividades suspensas, o que impossibilitou que ela legislasse sobre o ensino. Essa Guerra foi uma sedição que ocorreu na Província do Grão-Pará, teve a duração de cinco anos e é considerada um dos conflitos de destaque durante o Império, devido suas peculiaridades:

Durante a Regência do Império no Brasil ocorreram vários movimentos de contestação política, entre eles destaca-se a Cabanagem (1835-1840), por sua vinculação tão nítida quanto intensa e abrangente, com as classes subalternas e duramente oprimidas da sociedade. Este movimento revolucionário também conseguiu, em alguns momentos, seduzir e arrastar outras frações de classe como os pequenos proprietários, artesãos livres, assalariados ligados às diversas atividades mercantis e sacerdotes católicos (RODRIGUES, 2015, p.1).

O Marechal Soares D' Andréa<sup>73</sup> ocupou vários cargos de poder político. Na Província do Pará: foi comandante das armas entre 1830 e 1835, presidente da Província em 1836, deputado suplente à Assembleia Geral Legislativa do Império, pelo Pará com exercício em 1839. Enviado pela Monarquia Brasileira, com o objetivo principal de restabelecer a “lei e a ordem” no Império Brasileiro, D'Andréa chegou ao Brasil junto com a Família Real em 1808. Galgou postos na carreira militar e política, não só no Pará como em várias partes do Brasil, chegando a Marechal. Em 1817 marchou para Pernambuco com o corpo expedicionário enviado para conter a revolução ali em curso. Voltou ao Sul em 1826, em operações contra a invasão Argentina. Ocupou a presidência e o comando das armas de cinco Províncias e foi deputado pelo Rio de Janeiro.

D'Andréa tinha acentuada base matemática na formação acadêmica. Formou-se em Portugal na Academia de Marinha, pelos cursos de *Matemática, Astronomia, Navegação e Prática de Observatório* em 1801 e em *Engenharia Militar*, em 1804.

Em 1838, dois anos após posse de D'Andréa como Presidente da Província do Pará e com a retomada da Capital pelas forças anticabanas<sup>74</sup> a Assembleia Provincial retoma suas atividades. Neste mesmo ano, na sessão de abertura da recém-instituída Assembleia Provincial, o presidente D'Andréa (1838, p.35) ao relatar<sup>75</sup> sobre o estado da Instrução Pública da Província explana que havia trinta e uma cadeiras de “Primeiras Letras”. Tudo indica que essas, em relação à Matemática, se reduzem aos conhecimentos de aritmética, até porque essas disciplinas eram ministradas por pessoas que mal sabiam contar, como se pode ver pelas palavras do Presidente ao criticar os Professores que lecionavam as primeiras letras<sup>76</sup>:

---

73 Nasceu em Lisboa em 1781 e faleceu no Rio Grande do Sul em 1858. Chegou a Marechal. Ocupou a presidência de várias Províncias, Santa Catarina (1839); Rio Grande do Sul (1840 e 1848); Minas Gerais (1843) e Bahia (1844). Delas também foi comandante das armas: Santa Catarina (1829 e 1839), Rio Grande do Sul (1840 e 1848), Minas Gerais (1843) e Bahia (1844) e deputado efetivo pelo Rio de Janeiro (1843/1844). Fidalgo da Casa Real (1796), oficial da Ordem da Rosa Barão de Caçapava. Fonte: <https://www.ihgb.org.br/perfil/userprofile/fjosedssoares.html> acesso: 02/08/2018.

74 Para maiores informações ver: RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará* desde o ano de 1821 até 1835. 2ªEd. Coleção Amazônia, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970. ROCQUE, Carlos. Cabanagem: *epopeia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 1984. ROCQUE, Carlos. *Grande enciclopédia da Amazônia*. Vol. IV. Belém: Amazônia Editora LTDA, 1968.p. 1009-1010.

75 Discurso com que o Presidente da Província do Pará fez a abertura da 1º sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838.

76 Sobre a contratação de Professor de Primeira Letras: LEI Provincial nº6 de maio de 1838 -Autorizou o provimento das cadeiras vagas em pessoas hábeis, podendo, entretanto, na falta destas nomear-se quem as regesse com vencimento de metade dos respectivos ordenados. Índice ou reportório Geral das Leis da Assembleia Legislativa Provincial do Gram Pará 1838-1853, 1854, p.36 (BENJAMIM, 1838-1854).

Pelo uso antigo de se aceitar para ensinar os primeiros rudimentos a um menino, uma velha ou um homem qualquer: e sem muito escrúpulo, se tem conservado o abuso de entender-se que bastão para mestres de primeiras letras homens que mal sabem ler, e de modo nenhum escrever certo, e ainda menos contar (D' Andréa, 1838 p.34).

Neste mesmo documento, o presidente apresentou uma tabela<sup>77</sup> com todas as disciplinas que eram mantidas pelo erário público. Ele assinalou a presença de Filosofia, Letras e outras humanidades, mas, não apontou nenhuma referência ao ensino da Geometria na Província do Grão-Pará em 1838.

No Rio de Janeiro, que era a capital do Império Brasileiro, onde o processo civilizatório estava mais acentuado, a Geometria encontrava-se presente. Haidar (2008, p. 94) e Chagas (1980, p.17) assinalam que durante a década de trinta do século XIX, havia aula de Geometria<sup>78</sup>, sendo que em 1837 com a fundação da Escola de Pedro II em 1837, a Geometria se manteve presente.

Com a chegada de D' Andréa em 1838 — que era formado em Matemática — a Assembleia Provincial, que era responsável pela normatização da Instrução Pública, passou a funcionar. Entre as propostas que passaram a ser discutidas pelos membros da Assembleia, se situam aqueles referentes à inserção de saberes Geométricos na Província, modificando posteriormente o sistema educacional paraense que era centrado nas aulas de “Ler, Escrever e Contar”. Estas propostas serão analisadas a seguir.

### **Discursos favoráveis à Geometria**

Pais e Leão (2009 p. 38) afirmam que em meados do século XIX, começaram a emergir discursos favoráveis à Geometria nas províncias do Maranhão e do Ceará. “O motivo dessa demanda era que os exames preparatórios para o ingresso nos cursos jurídicos, de Recife e São Paulo, passaram a incluir esse conteúdo matemático”. Afirmam também que nesse momento, ou melhor, em 1838, esses discursos podem ser vistos no Pará. Como vimos anteriormente, os autores assinalaram alguns fatores externos que influenciaram a introdução da Geometria no Pará, como a exigência deste saber nos exames de admissão em algumas universidades de outras cidades do Brasil. Entretanto eles não focalizaram nas análises que realizaram as condições locais que contribuíram ou não para a inserção deste saber na Província. É o que faremos no decorrer de nossa análise.

O discurso do Presidente D' Andréa realizado para a Assembleia Provincial, em 1838, propõe que sejam realizadas várias obras públicas na capital da Província, tais como: cais, alfândega, cadeia e mercado. Considerava estas construções uma necessidade imperativa:

Precisamos cercar com um Cais, bem construído, toda esta Cidade, não só pela beleza que disto resulta; mas sobre tudo para o cômodo de seus habitantes, melhor arrecadação dos direitos públicos, e melhor fiscalização Policial.

Precisamos de uma boa, e segura Cadeia Civil; e além dela de uma Casa de correção para toda a Província.

<sup>77</sup> O presidente D' Andrea no relatório de 1838 p.35, ao se referir sobre os pagamentos efetuados aos professores da Província elenca as disciplinas existentes que eram: Uma Cadeira de Philosophia; uma de Rhetorica; duas de Grammatica Latina; um Substituto das Cadeiras da Cidade; três Cadeiras de Grammatica Latinas nas Vilas; duas Cadeiras de Ensino Mutuo na cidade uma cadeira de ensino mutuo nas vilas, uma Professora de meninas e 31 Cadeiras de Primeiras Letras.

<sup>78</sup> Esta mesma pesquisa aponta que haviam também no Rio de Janeiro as aulas de Latim, Grego, Retorica, Filosofia, Francês, Inglês além de uma de cunho profissionalizante de Comércio. Sendo que os cursos profissionais eram “ministrados no Instituto Comercial, em que se transformara a Aula de Comércio da Corte, e na Academia de Belas Artes, a que se atribuíram objetivos de formação industrial” (CHAGAS, 1980, p.17).

Precisamos de uma boa alfândega, capaz de corresponder aos destinos futuros deste Porto, se a Província chegar algum dia a melhorar a sua comunicação interna. Seria muito útil edificar um Mercado Geral dos gêneros de exportação, ou Consumo, aonde a concorrência fixasse melhor o preço do mercado, e tornasse fácil a todos os lavradores disporem dos seus efeitos, sem estarem sujeitos à má fé de alguns monopolistas. Precisamos enfim de muitas outras obras, que devem correr pela Despesa Geral; mas que por terem esta qualidade, não carecem menos de Mestres, e Artistas que se entendam com seus Misteres (D' ANDREA, 1838, p.28).

Para D'Andréa a construção de um cais além de embelezar a cidade serviria para melhorar a arrecadação dos impostos e fiscalização policial, demonstrando além de uma preocupação com a estética da Província, preocupações com o ordenamento, a fiscalização e a segurança pública. Estes mesmos argumentos são usados para justificar a construção de uma cadeia pública, uma casa de correção e de uma alfândega que seria integrada ao porto que teria como objetivo a fiscalização. O mercado teria como propósito permitir que os lavradores vendessem seus produtos diretamente para a população sem a ação dos “monopolistas”, sendo que para construir todas essas obras seriam necessários “Mestres” e “Artistas” que conhecessem os seus “Misteres”: Assinala ainda que na Província não havia mão-de-obra especializada para estas realizações e propunha que o erário público arcasse com as despesas de um “Mestre de Geometria Prática e Desenho”:

Convém igualmente autorizar a despesa de Mestre, não só de primeiras Letras, serviço feito até agora pelo Pedagogo; mas de um Mestre de Geometria Prática e Desenho: preliminar indispensável a todo e qualquer artista (D' ANDREA, 1838, p.30).

Segundo D'Andréa o objetivo maior de trazer estes Mestres seria de formar um “Corpo de Obreiros” que ensinasse os “mistérios” da profissão para aprendizes, criando uma mão-de-obra especializada que seria utilizada para suprir a demanda das construções da Província:

A estes Mestres se entregará um numero crescido de aprendizes; e de todos se formará um Corpo de Obreiros fixo, e organizado em obediência sucessiva, como exige a boa ordem. Para estes obreiros sempre haverá obras; e então, achando-se entre eles toda a instrução sucessivamente adquirida, será fácil achar homens para todas as empresas, e ei-lhes dando importância à medida que a forem tendo (D' ANDRÉA, 1838, p.28-29).

Segundo este Presidente para atrair alguns dos melhores Mestres da Europa seria necessário que o governo oferecesse certa quantia, com o intuito de formar a base de uma companhia de obras:

Uma consignação, que não seja menor de trinta contos de reis, habilitara o Governo da Província a chamar pelos seus nomes alguns dos mais acreditados Mestres da Europa, para virem formar o casco de uma boa companhia de Obras Públicas[...] (D' ANDREA, 1838, p.29)

Nota-se nesse relatório que a finalidade da Geometria seria para a construção das obras públicas, estas obras deveriam ser construídas por pessoas especializadas, ou seja, que conhecessem estes saberes e sua aplicação prática arquitetônica.

Em 1839, D'Andréa é substituído por Bernardo de Souza Franco na presidência da Província. Este havia se formado bacharel em direito, quatro anos antes, em Olinda, onde obteve destaque acadêmico e fora premiado ao longo do curso. Desde a juventude demonstrou

inclinação para a política, chegando, aos vinte e três anos de idade, a lutar pela independência do Pará, sendo por causa disso levado preso a Portugal. Ao ser libertado, ele retornou ao Pará e se envolveu na política, assumindo cargos de Deputado, Senador e Presidente de Províncias, como Pará e Alagoas; foi, ainda, redator de jornais pernambucanos, como a Voz do Beberibe e Diário de Pernambuco<sup>79</sup>.

Neste mesmo ano, em discurso<sup>80</sup> realizado para a Assembleia Provincial o Presidente Franco sugerindo a criação de novas cadeiras para o ensino, propõem à criação de uma aula de Geometria na Província:

Faltam-nos, portanto, na Província além das Cadeiras de Geometria, que é da primeira necessidade, uma de Botânica descritiva e aplicada – uma de Geometria aplicada as Artes – uma de Arte veterinária, indispensável para ver se se descobrem meios de extinguir a epidemia terrível que tem morto o gado cavalari quase todo da Província – e um pequeno curso de Comércio (FRANCO, 1839, p. 5).

Neste discurso Souza Franco afirma que a criação de uma cadeira de Geometria seria prioridade, sendo que as aulas de “Geometria, Línguas Estrangeiras, Princípios da Escrituração e Direito Mercantil”, seriam direcionadas para aqueles que ambicionassem ser “negociantes” e “Geometria aplicada às Artes”, aos que quisessem ser “artistas”.

Ainda em 1839, Antônio Baena<sup>81</sup>, militar, estudioso de História, Geografia e Matemática e que havia ensinado esta última na escola Militar, ocupando a Cadeira “Matemática Aplicada a Artilharia”. Em seu segundo e minucioso livro intitulado: “Ensaio corográfico sobre a Província do Pará” refere-se sobre a instrução pública desta Província no qual relata que o ensino de Matemática nas escolas de “primeiro grau” tratava dos “princípios e regras fundamentais da Aritmética”:

O primeiro grau compreende as escolas destinadas ao ensino da arte de ler e escrever, dos princípios e regras fundamentais da aritmética e das verdades morais do catecismo, cujas escolas servem de preliminares aos estudos maiores e delas precisam os homens que vivem em sociedade civil qualquer que seja a sua condição ou profissão. Os segundos graus contam com as escolas de gramática latina, filosofia racional e moral, de retórica, de geometria e de língua francesa (BAENA, 2004, p.203).

Neste mesmo relatório Baena se refere às “Escolas” existentes nesse momento. Segundo Silva (1969, p.188) a palavra escola era sinônima de aula “criavam-se escolas dessa ou daquela matéria, de latim ou de outras disciplinas, como aritmética, geometria, trigonometria”.

79 A consulta ao livro Galeria dos Brasileiros Ilustres (os contemporâneos), de 1861, de S.A. Sisson, digitalizado e disponibilizado na internet pela Brasiliana Digital (USP) nos permitiu extrair essas informações sobre Bernardo de Souza Franco.

80 Discurso recitado pelo Exm<sup>o</sup>.Snr. Doutor Bernardo de Souza Franco PRESIDENTE DA PROVINCIA DO PARÁ. Quando abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1839.

81 Antônio Ladislau Monteiro Baena nascido em Portugal em 1782 vindo a falecer no Pará em 1850 chegou ao Pará em 1803 com o nomeado Governador da Capital General Noronha e Brito. Militar, Geógrafo e Historiador. Chegando a patente de Major do Corpo de Artilharia e como professor na cadeira de Matemática da Escola Militar entre 1820-1823. Em 1821 foi nomeado interinamente Governador de Macapá, porém retornando em menos de um ano a Belém, retornando as suas atividades de Professor de Matemática e Militar. Escreveu os livros Compêndio das eras da província do Pará (1615-1823) em 1838 e Ensaio corográfico sobre a província do Pará em 1839. Obras fundamentais para o conhecimento das origens amazônicas. Para esse fim, recorreu como fontes aos arquivos paroquiais, cartórios e Câmaras Municipais, apresentando dados geográficos físicos, de flora e de fauna, demográficos, econômicos e de administração pública (civil e judiciária) da Província. Fonte: SILVA, Ricardo Borges Ferreira da. Vultos Notáveis do Pará – Conselho Estadual de Cultura, Belém: Imprensa Oficial, 1969.

Baena relata que havia uma “Escola de Geometria” na cidade, mas que estava “vaga desde que foi estabelecido” (Baena, 2004, p.206), provavelmente ele se referia ao fato de que em 1839, no mesmo ano do seu Relatório é promulgada a Lei que cria a “Escola de Geometria”, contudo esta ainda não estaria funcionando.

De acordo com o que foi visto, em 1838 começam a emergir discursos favoráveis à inserção de novos saberes da Matemática, mais especificamente os Geométricos que seriam úteis nas construções de estruturas arquitetônicas da cidade, discursos semelhantes são observados no ano seguinte os quais defendem que a criação de uma cadeira de Geometria seria de “primeira necessidade” para a Província. Esta demanda pela cadeira de Geometria favoreceu efetivas mudanças no ensino da Matemática em 1839.

### **Efetivações das Mudanças no Ensino de Matemática**

Em 1839, Souza Franco sancionou várias Leis<sup>82</sup> referentes à educação, o que iria modificar o cenário educacional, inclusive a Lei<sup>83</sup> de 16 de outubro de 1839 que criou uma aula de Geometria na capital. Para ele essas e outras mudanças teriam o objetivo de manter a Província em um estado de sossego e tranquilidade:

Todos esses melhoramentos, Senhores, supõem um estado de sossego e tranquilidade para que caminhamos, e que se irá preparando, e promovendo quanto em nossas forças cabe; e a proporção do caminho, que em uma estrada avançarmos, e que também na outra devemos ir adiantando. Hoje, porém, e primeiro que tudo e mister tratar de viver, e viver com segurança, e com sossego, e tranquilidade; de obstar de todo o modo possível a nova irrupção da força bruta, e desenfreada contra a massa inteligente, ilustrada e pacífica; desenfreamento, e irrupção, que e sempre o resultado das pequenas desobediências não contidas, das tentativas de sedição, e do desrespeito dos inferiores para com os Superiores. Tanto sangue derramado, tantas vidas perdidas, tantas misérias e desgostos sofridos, não serão bastantes para exemplo! E cite terrível exemplo!! (FRANCO,1839, p. 5).

Essas mudanças, ou seja, “todos esses melhoramentos”, das quais havia a proposta da criação de uma aula de Geometria, estavam inseridas no contexto de busca para restabelecer a “civilidade” na Província. Isso evitaria “a nova irrupção da força bruta, e desenfreada contra a massa inteligente, ilustrada”. A guerra da Cabanagem começava a chegar ao seu fim “Belém acabou sendo praticamente destruída e a economia, devastada. Calcula-se que 30 mil pessoas

82 Lei nº 30, de 28 de setembro de 1839. Autoriza o governo a prover interinamente as cadeiras de retórica, francês e primeiras letras da Província.

Lei nº 33, de 30 de setembro de 1839. Autoriza o presidente da Província para instituir nesta cidade uma Escola Normal.

83 O Doutor Bernardo de Souza Franco, presidente da Província do Grão-Pará &. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa resolveu, e eu sancionei a Lei seguinte:

Art.1º. Fica criada nesta cidade uma aula de geometria, cujo lente vencerá o ordenado de 600\$000 réis por ano.

Art.2º. Fica o Governo da Província autorizado.

§1.º A prover cadeira dando à lente as instruções necessárias para o bom regime da mesma aula.

§ 2.º A nomear pessoa idônea para a reger dando-lhe o ordenado por inteiro, porém sujeitando-se a deixar de servir logo que se apresente outrem, que se sujeite ao exame da Lei. Ficam revogados todas as leis e disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento deste Decreto pertencer, quem a cumpram, e façam cumprir tão inteiramente como nele se contém. O Secretário Interino desta Província, a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Governo do Pará aos quatorze dias do mês de outubro de mil oitocentos e trinta e nove, décimo oitavo da independência, e do Império.

Bernardo de Souza Franco

L.S. Publicada e selada nesta Secretaria de Governo aos 16 de outubro de 1839.

morreram, entre rebeldes e legalistas, ou seja, cerca de 20% da população estimada da Província”, conforme Boris (1996, p. 166). Entretanto, ainda havia focos de resistência e essas mudanças serviriam para apaziguar a região.

Em 1840 João Antônio de Miranda<sup>84</sup> substituiu Souza Franco na presidência da Província. O Presidente Miranda era formado em Direito em Olinda, ocupou o cargo de desembargador e senador do Império, foi Presidente da Província do Ceará entre 1838 e 1839, e do Pará de 19 de fevereiro a 5 de novembro de 1840.

Neste mesmo ano em discurso<sup>85</sup> realizado para a Assembleia Provincial, o Presidente Miranda faz referência à recém-criada cadeira de Geometria, que contava com “17” alunos e estava funcionando na capital, no Seminário Episcopal:

No fim deste Relatório encontrareis o mapa das escolas públicas da Província. A escola de Geometria decretada pela Lei nº 41 de 1839 acha-se provida na forma do § 2º do Art. 2º dela. Conta hoje a Capital um Seminário Episcopal, em que ensina Latim, Teologia, e Música Vocal, uma aula de Filosofia, uma de Retórica, uma de Geometria, uma de Francês, uma de Latim, e três públicas de primeiras letras para um e outro sexo (MIRANDA, 1840, p 19).

O primeiro professor desta nova Cadeira o Tenente Manoel Ignacio Bricio<sup>86</sup> era formado em Matemática e ocupou cargos de comando militar. Bacharelou-se em Matemática, cursou a Academia de Marinha no Rio de Janeiro, serviu na Marinha e no Exército, ocupou importantes cargos e comissões como Coronel do Estado Maior e comandante das armas nas Províncias do Amazonas, Pará, Maranhão e Rio Grande do Sul. Foi diretor do arsenal de guerra e das obras militares de Pernambuco e cavaleiro das Ordens de S. Bento de Aviz e Cristo.

Em abril de 1841, o relatório<sup>87</sup> apresentado à Assembleia Provincial pelo vice-presidente da Província, Souza Franco, entre outras coisas se refere as “Escolas Maiores e Menores” e aos professores que ministravam as aulas, sendo que a de Geometria era ministrada pelo “Dr. João Baptista Gonçalves Campos”. Este, segundo Silva (1969), bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais no Recife. Em Belém foi juiz municipal e lecionou de forma gratuita Matemática no ensino secundário. Nomeado desembarcador do tribunal da relação do Maranhão desempenhando ao mesmo tempo a função de procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional. Exerceu o cargo de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império, órgão máximo do judiciário. Foi deputado em legislatura na Assembleia Provincial.

Nesse mesmo relatório Franco assevera a presença de dezessete alunos, mesmo número do ano anterior, o que demonstra que com a mudança do professor não houve modificações na quantidade de alunos que frequentavam a aula de Geometria. Ainda em relação aos alunos o

84 Nascido no Rio de Janeiro em 1805 e faleceu na Corte em 1861 ocupando o cargo de Senador do Império. Fonte: SÁ, Gildácio. João Antonio de Miranda: Portal da História do Ceará, Dicionário Bio-bibliográfico Cearense Barão de Studart, 1814, biografia disponível em: <[http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1033&catid=292&Itemid=101](http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1033&catid=292&Itemid=101)>. Acesso em: 27 ago. 2018.

85 Discurso recitado pelo Exm. Snr. Doutor João Antônio de Miranda Presidente da Província do Pará. Na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial. No dia 15 de agosto de 1840.

86 Bricio, nasceu em 8 de fevereiro de 1814 em Fortaleza e faleceu a 17 de novembro de 1877. Fonte: SÁ, Gildácio. Bricio Manoel Ignacio: Portal da História do Ceará, Dicionário Bio-bibliográfico Cearense Barão de Studart, 1814, biografia disponível em: <[http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1033&catid=292&Itemid=101](http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1033&catid=292&Itemid=101)>. Acesso em: 17 jun. 2018.

87 Discurso recitado pelo Exm. Snr. Doutor Bernardo de Souza Franco Vice-presidente da Província do Pará. Na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 14 de abril de 1841.

Lei nº 97, de 28 de junho de 1841.

relatório aponta que todos eram do sexo masculino.

Em junho deste mesmo ano, 1841, Souza Franco sancionou a Lei<sup>88</sup> que modificou a estrutura educacional da Província:

A Instrução Pública paraense passou por acentuadas transformações em 1841, a partir da Lei que regulou a Instrução Primária e Secundária e criou a Diretoria da Instrução Pública e o Liceu Paraense, primeira escola de ensino secundário, criada na Região. Essas transformações foram precedidas pelas propostas, nos anos anteriores, pelos relatórios e outros documentos enviados pelos governantes à Assembleia Legislativa (BARROS, 2016, p.43).

Entre essas mudanças no ensino, a Geometria, passaria a ser ensinada no Liceu Paraense, logo que foi criado, em 1841. Passou a fazer parte da Cadeira<sup>89</sup> “Aritmética, Álgebra e Geometria”, marcando desta forma uma acentuada mudança no ensino de Matemática na Província do Pará, no período analisado.

### **Considerações Finais**

Como vimos anteriormente nosso objetivo foi analisar as mudanças ocorridas no currículo de Matemática, na Província do Pará entre 1838 a 1841 e, ainda, as condições que possibilitaram essas mudanças. Seguem algumas conclusões.

Em 1838, começaram a emergir discursos pronunciados pelos presidentes da Província favoráveis para a inserção de novos saberes da Matemática. O presidente D’Andréa se reporta sobre a necessidade de ter pessoas especializadas, na Província, para construção de obras públicas, aos quais ele chamou de “mestres de Geometria Prática”. Estes seriam trazidos da Europa e ficariam responsáveis, também, pela formação de “aprendizes”, para atuar nas construções e formar um corpo de obreiros para implantar obras arquitetônicas conforme os modelos dos países europeus, de origem destes mestres. Em 1839 o presidente Souza Franco, afirma que a criação de uma Cadeira de Geometria “seria de primeira necessidade”. A educação seria parte de um processo civilizatório que restabeleceria a paz e o sossego na Província, que atravessava a Guerra da Cabanagem.

A formação dos presidentes é outro fator que favoreceu a modificação deste cenário. O presidente D’Andréa era formado pela Academia de Marinha de Portugal em Matemática, Astronomia, Navegação e Prática de Observatório e Engenharia Militar. Os presidentes, Miranda e Franco eram formados na Faculdade de Direito em Olinda, onde circulavam discursos civilizatórios da época.

No início da década de 1840 começaram a ser efetivadas mudanças no ensino de Matemática. Neste ano a Província passou a contar com aulas de Geometria que funcionavam no Seminário Episcopal, após terem sido criadas por Lei sancionada no ano anterior. Essas mudanças continuaram em 1841, pois a Cadeira “Aritmética, Geometria e Álgebra” foi introduzida no Liceu Paraense, criado nesse momento.

Como podemos constatar no período que se estende de 1838 até 1841 a trajetória da Matemática no sistema educacional paraense se resumia as aulas de Contar, foi efetivamente mudada pela introdução da aula de Geometria que desde o início, deste período, passou a ser requerida nos discursos dos Presidentes da Província do Grão-Pará.

88 Lei nº 97, de 28 de junho de 1841.

89 Cadeiras Presentes no Primeiro plano de estudos do Liceu Paraense: 1ª. Língua Latina. 2ª. Língua Francesa 3ª. Aritmética, Álgebra, e Geometria 4ª. Filosofia Racional e Moral. 5ª. História Universal, Geografia Antiga e Moderna, História do Brasil. 6ª. Retórica, Crítica, Gramática Universal e Poética. 7ª. Escrituração Mercantil e contabilidade 8ª. Língua Inglesa. Fonte: Lei nº 97, de 28 de junho de 1841.

## Referências

- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Conselho Editorial, 2004. 432 p. (Edições do Senado Federal; v. 30).
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. 2ed. Belém: Universidade Federal de Pará, 1969.
- BARROS, Jônatas Barros. **A introdução das Ciências Naturais no Pará por meio das Instituições de Ensino**. 2016. 78 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) - Universidade Federal do Pará, Pará, 2016.
- BENJAMIM, Curcino. **Índice ou Repertório Geral das Leis da Assembleia Legislativa Provincial do Grão-Pará (1838-1854)**. Por André Curcino Benjamim. Tipografia Comercial de Antônio José Rabello Guimarães. Pará. 1854.
- BORIS, Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.
- CARDOSO, T. F. L. As Aulas Régias no Brasil, in STEPHANOU, BASTOS, M. H. (orgs.), **Histórias e Memórias da Educação no Brasil (sec. XVII, XVIII)**, Petrópolis, Vozes, 2004 (p.179-191).
- MENDONÇA, Ana Waleska e CARDOSO, Tereza F. L., (2008). A Gênese de uma Profissão Fragmentada, **Revista Brasileira de História da Educação**, n 15, setembro/dezembro, 2008, p.31-52.
- CHAGAS, Valnir. **Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus – antes, agora e depois?** São Paulo: Saraiva, 1980.
- D'ANDREA, Francisco José de Souza Soares. *Discurso com que o Presidente da Província do Pará Fez a Abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial*, no dia 2 de março, de 1838. Tipografia de Santos e Santos Menor, Pará, 1838.
- FRANCO, Bernardo de Souza. *Discurso Recitado pelo Excmo. Sr. Doutor Bernardo de Souza Franco, Vice-Presidente da Província do Pará*, na Abertura da Assembleia Legislativa, no dia 14, de abril, de 1841. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1841.
- FRANCO, Bernardo de Souza. *Discurso Recitado pelo Excmo. Sr. Doutor Bernardo de Souza Franco, Presidente da Província do Pará*, quando Abriu a Assembleia Legislativa, no dia 15, de Agosto, de 1839. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1839. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/498/>
- FRANÇA. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. **Raízes Históricas do Ensino Secundário Público na Província do Grão-Pará: O Liceu Paraense 1840-1889**, Dissertação de Mestrado, Departamento de Filosofia e História da Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- HAIDAR. Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino Secundário no Brasil Império**. Edusp, São Paulo, 2008.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Francisco José de Sousa Soares de Andréa**, barão de Caçapava. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/perfil/userprofile/fjosedsoares.html>> . Acesso em: 02 ago. 2018.
- MIRANDA, João Antônio de. *Discurso Recitado pelo Exmo. Snr. Doutor João Antônio de Miranda, Presidente da Província do Pará na Abertura da Assembleia legislativa provincial* no dia 15 de agosto de 1840. Pará, Typ. de Santos & menor, 1840.
- PAIS, Luiz Carlos; LEÃO, Tarcísio Luiz de Souza. Elementos históricos da educação matemática nas províncias do Pará e do Amazonas. **Revista Perspectivas da Educação Matemática**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 29-52. 2009.
- RAIOL, Domingos Antônio, Barão de Guajará. **Motins políticos ou história dos principais acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. 2 ed. Belém:

Universidade Federal do Pará, 1970 (1865-1891).

ROCQUE, Carlos. **Cabanagem: epopeia de um povo**. Belém: Imprensa Oficial, 1984.

ROCQUE, Carlos. Grande enciclopédia da Amazônia. v.6, Belém: Amazônia Editora LTDA, 1968.

RODRIGUES, Denise de Souza Simões. **“Civilizar” e integrar: educação, política e ideologia na província do Pará após a cabanagem**. 2015. Trabalho apresentado ao XII Congresso Nacional de Educação EDUCERE, Paraná, 2015.

SÁ, Gildácio. **João Antonio de Miranda**: Portal da História do Ceará, Dicionário Bio-bibliográfico Cearense Barão de Studart, 1814, biografia. Disponível em: [http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3088&catid=297&Itemid=101](http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3088&catid=297&Itemid=101). Acesso em: 29 set. 2018.

SÁ, Gildácio. **Manoel Ignacio Bricio**: Portal da História do Ceará, Dicionário Bio-bibliográfico Cearense Barão de Studart, 1814, biografia. Disponível em: [http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1033&catid=292&Itemid=101](http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1033&catid=292&Itemid=101). Acesso em: 17 jun. 2018.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária: perspectiva histórica e teórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. v.94. (Atualidades Pedagógicas).

SILVA, Ricardo Borges Ferreira da. **Vultos Notáveis do Pará – Conselho Estadual de Cultura**, Belém: Imprensa Oficial, 1969.

SISSON. S.A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres (os contemporâneos): Retratos dos Homens mais Ilustres do Brasil na Política**, Ciências e Letras, desde a Guerra da Independência até os Nossos Dias. Lithographia de S. A. Sisson, Editor, Rio de Janeiro, 1861.

VECHIA, Ariclê. O Ensino Secundário no Século XIX: Instruindo as Elites. In STEPHANOU, Maria. e BASTOS, Maria Helena (orgs.), **Histórias e Memórias da Educação no Brasil** (v. 2 – Século XIX), Petrópolis, Vozes, 2005.

**Everaldo Roberto Monteiro dos Santos**

**e-mail:** profmaterns@yahoo.com.br

**José Jerônimo de Alencar Alves**

UFPA- PPGECM

**e-mail:** Jeroalves77@gmail.com